

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. OBJETO..... | 1 |
| 2. JUSTIFICATIVA | 1 |
| 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS | 2 |
| 4. PESQUISA DE PREÇO | 2 |
| 5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS | 2 |
| 6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO..... | 3 |
| 7. REGIME DE EXECUÇÃO..... | 3 |
| 8. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE..... | 3 |
| 9. SUSTENTABILIDADE | 3 |
| 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE | 4 |
| 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA | 5 |
| 12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO | 6 |
| 13. FORMA DE PAGAMENTO | 7 |
| 14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO | 7 |
| 15. DA SUBCONTRATAÇÃO | 9 |
| 16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA | 9 |
| 17. CONTROLE DE EXECUÇÃO | 10 |
| 18. REVISÃO DOS PREÇOS | 10 |
| 19. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO..... | 11 |
| 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS | 13 |
| 21. MATRIZ DE RISCOS | 13 |

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência visa estabelecer os requisitos de “Registro de Preço para aquisição de baterias estacionárias seladas para reposição do estoque visando a manutenção dos sinais náuticos sob responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina por um período de 12 (doze) meses”, conforme justificativas, especificações técnicas e demais condições expressas a seguir.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição se faz necessária em razão da Lei nº 12815/13 no Art. 18 que atribui a autoridade marítima as seguintes competências:

2.1.1. *“Dentro dos limites da área do porto organizado, compete à administração do porto:*

I - sob coordenação da autoridade marítima:

estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução do porto”.

2.2. O objeto desta licitação é primordial para o pleno funcionamento das lanternas e equipamentos auxiliares do sistema de sinalização náutica sob responsabilidade desta Administração, de modo a conservar seu funcionamento ininterrupto e garantir a segurança da navegação diurna e noturna nos Canais de Acesso aos Portos do Paraná.

2.3. O presente Termo de Referência priorizou a sistema de registro de preços em relação aos demais sistemas, devido aos seguintes critérios:

2.3.1. As incertezas quanto aos quantitativos realmente necessários para a execução dos serviços de manutenção (RILC, Art. 99, Inciso III).

2.3.2. O espaço restrito do almoxarifado para acomodar todo o material previsto para consumo anual.

2.4. Além das necessidades imediatas de aplicação e considerando todas as áreas da APPA, o escopo do registro de preços prevê a manutenção de estoque sobressalente

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

para reparos e recomposições urgentes, minimizando o tempo de resposta às falhas e avarias no sistema de iluminação náutico sob responsabilidade da APPA.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Segue as especificações técnicas do material objeto do escopo deste Termo de Referência e as quantidades máximas a serem adquiridas no período de 12 (doze) meses:

a) LOTE 1 – BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA:

| LOTE. ITEM | CÓD. SAP | ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA | UN. | QTDE |
|------------|----------|--|-----|------|
| 1.1 | 1000275 | BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA; TENSÃO NOMINAL: 12V DC, CAPACIDADE MÍNIMA: 32Ah; DIMENSÃO: 195mm (comprimento) x 130mm (largura) x 170mm (altura) | un. | 150 |

3.2. A bateria deverá se encaixar no compartimento da lanterna, portanto será admitido uma tolerância de 2mm nas dimensões de comprimento/largura e 5mm na altura.

4. PESQUISA DE PREÇO

4.1. Devido a presença de materiais e aplicações específicas, a formação de preços deverá seguir ampla cotação de preços com os fornecedores com base nas especificações técnicas apresentadas, sendo considerado como resultado final a média de preços coletados, conforme RILC/APPA.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

5.1. O objeto deste procedimento licitatório se enquadra no art. 32, inciso IV da Lei Federal nº13.303/2016.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 6.1. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço oferecido pelas licitantes, observando o orçamento previsto para o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 6.2. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, conforme a necessidade da APPA, não ficando essa obrigada de qualquer forma a adquirir a totalidade do quantitativo previsto.
- 6.3. A definição da modalidade licitatória ficará a cargo dos setores jurídico e de licitação desta empresa pública, sendo no entanto, considerando o art. 32, inciso IV da Lei Federal nº 13.303/2016, acerca dos presentes materiais considerados comuns.

7. REGIME DE EXECUÇÃO

- 7.1. Será adotado o regime de execução contratual de preço unitário.

8. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 8.1. Conforme se encontra no Art. 49 do RILC e no disposto no Edital.

9. SUSTENTABILIDADE

- 9.1. Nos termos do art. 48 do Decreto Estadual nº 4993/2016, determina-se que:
 - 9.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
 - 9.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - 9.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

- 9.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- 9.2. A comprovação do disposto nesta seção poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.
- 9.3. O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura da ata, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.
- 9.4. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.4. Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

- 10.6. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto ou execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- 10.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber.
- 10.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.9. Caberá a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina exigir que a Contratada apresente certificado de garantia válida mínima de 01 (um) ano dos materiais.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 11.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando couber, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990).
- 11.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

- 11.5. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 11.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução da ATA.
- 11.7. Manter durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.8. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.
- 11.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ATA.
- 11.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, não podendo invocar tal complementação para fins de requisição de termo aditivo para acréscimo a ATA.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 12.1. Os materiais serão pagos pelo preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços e desde que os materiais fornecidos sejam da mesma marca e modelo dos ofertados na fase de habilitação.
- 12.2. Somente serão aceitos materiais divergentes da marca e modelo ofertado, se o fabricante do material ofertado tenha descontinuado o modelo, quando poderão ser aceitos:
 - 12.2.1. Preferencialmente, material da mesma marca e de modelo atualizado, ou;
 - 12.2.2. Material de qualidade igual ou superior aos ofertados na fase de habilitação, desde que comprovado seu atendimento aos requisitos do item 3.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

13. FORMA DE PAGAMENTO

- 13.1. As condições mínimas para o processamento de pagamento e liquidação de faturas da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA está descrita na Ordem de Serviço APPA nº 054/2020 ou outra que venha a substituí-la.
- 13.2. A emissão das notas fiscais na APPA poderá acontecer somente entre o dia 01 (um) e 10 (dez) de cada mês, devendo os materiais serem entregues até o dia 15 do respectivo mês.
- 13.3. Todas as solicitações de pagamento deverão ser encaminhadas por e-mail aos fiscais da APPA, sendo que o prazo estabelecido pela APPA para pagamento das notas fiscais (30 dias) será contado a partir da data da certificação do processo pelos fiscais.
- 13.4. O pagamento somente será processado com os requisitos mínimos obrigatórios:
- 13.4.1. Carta requerimento de pagamento mencionando os elementos básicos de identificação do procedimento licitatório;
 - 13.4.2. Relatório fotográfico referente aos produtos enviados;
 - 13.4.3. Cópia da Requisição de Compra enviada pela Fiscalização da APPA para a respectiva remessa;
 - 13.4.4. Nota Fiscal Original;
 - 13.4.5. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
 - 13.4.6. Certidão Negativa de Débitos Estadual;
 - 13.4.7. Certidão Negativa de Débitos Municipal;
 - 13.4.8. Certidão Negativa FGTS - CRF;
 - 13.4.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

- 14.1. Os requisitos para habilitação na licitação de que trata este Termo de Referência são os constantes No Capítulo IV do RILC da APPA.
- 14.2. Deverá ser apresentada na fase de Habilitação, junto com a documentação acima exigida, a comprovação de conformidade técnica dos itens ofertados com os

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

especificados do item 3. A comprovação poderá ser feita conforme descreve-se abaixo:

14.2.1. O PROPONENTE primeiro classificado deverá, sem ônus para APPA, apresentar o catálogo detalhado do produto (em português), compondo, portanto, os requisitos fundamentais para habilitação.

14.2.1.1. Deverão estar explicitamente correlacionados com cada item especificado neste termo e dispor de informações claras quanto às suas características tais como especificadas, rigorosamente.

14.2.1.2. Havendo informações dúbias pelo fato de existir subvariações ou codificação específica (tabelas com uma gama de modelos para um mesmo item), deverá constar no catálogo “grifos” com caneta marca texto (ou forma equivalente), destacando o material ofertado, para que se tenha absoluta clareza na identificação do objeto ofertado.

14.2.1.3. Não serão aceitas comprovações de links ou sites de Internet ou mesmo catálogo de origem distinta a do próprio fabricante.

14.2.2. Caso ainda haja dúvida ou necessidade de alguma análise específica em determinado(s) produto(s), após o fornecimento do catálogo, fica facultado a APPA a solicitação de amostras, que deverão ser fornecidos num prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a sua solicitação, ou conforme determinação da APPA.

14.2.2.1. As amostras deverão ser entregues na APPA – Av. Ayrton Senna da Silva, 161, Dom Pedro II, Paranaguá/PR, CEP 83.203-800 – aos cuidados da Gerência de Engenharia Marítima - GMAR, devendo o recebimento ser agendado pelos telefones (41) 3420-1379 ou (41) 3420-1334, ou conforme determinação da APPA.

14.3. Será desclassificado o PROPONENTE, cujos catálogos (ou amostras, quando for o caso) que:

14.3.1. Não corresponderem ou não apresentarem com clareza as especificações técnicas;

14.3.2. Forem visivelmente de má qualidade;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

14.3.3. Estejam desprovidas de perfeito acabamento;

14.4. Em caso de rejeição da amostra/catálogo solicitados, será facultado a APPA convocar a(s) empresa(s) remanescente(s), obedecida a ordem de classificação, para apresentação de proposta e amostra/catálogo sujeitos às mesmas condições para verificação; ou conforme regulamento do Edital.

14.5. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, desmontados e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos ao LICITANTE no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, sem ônus a APPA.

14.6. As amostras rejeitadas deverão ser retiradas em até 20 (vinte) dias corridos contados da publicação do resultado da licitação, independente de comunicação. Decorrido o prazo estabelecido, as amostras não poderão ser reclamadas, reservando-se a esta Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina o direito de doá-las ou descartá-las.

14.7. A não observação qualquer item desta seção, poderá implicar na desclassificação da PROPONENTE.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. O objeto deste termo de referência não admite a subcontratação parcial do objeto em função de se tratar de materiais comuns.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

16.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

16.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ATA;

16.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina à continuidade da ATA.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

16.2. A alteração subjetiva a que se refere esta seção deverá ser feita por termo aditivo a ATA.

17. CONTROLE DE EXECUÇÃO

17.1. Todas as Ordens de Compra devem apresentar valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de resguardar o equilíbrio de valores dos produtos e o valor do frete (incluso no preço unitário dos produtos) para as entregas no local indicado em 19.3.

17.2. Somente serão recebidos materiais que tenham Ordem de Compra (ou Pedido do Sistema) emitida e cujos valores unitários e totais estejam compatíveis com o apresentado na Nota Fiscal associada.

17.3. Para cada lote do presente Termo de Referência, a Contratante pode emitir um máximo de 6 (seis) Ordens de Compra, cada qual associada a uma entrega independente.

17.3.1. Para posterior comprovação da correta execução do ATA, deve-se emitir um Recibo de Entrega (relacionando as Ordens de Compra e as Notas Fiscais de Venda) devidamente assinado pelo responsável do recebimento e o motorista que realizou a entrega.

17.3.2. Caso haja discordância entre o material entregue e a Ordem de Compra emitida, a substituição do material é de total responsabilidade e expensas da Contratada.

17.4. Após a execução do ATA, a APPA receberá o objeto:

17.4.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações.

17.4.2. Definitivamente, após a verificações da qualidade e quantidade dos equipamentos fornecidos.

18. REVISÃO DOS PREÇOS

18.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

- 18.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, a ser feita, preferencialmente, através de notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricante ou outros que demonstrem indiscutivelmente a elevação do custo do objeto.
- 18.3. Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar à APPA a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração.
- 18.4. Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá efetuar a entrega dos bens pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.
- 18.5. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a APPA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 18.6. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 18.7. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

19. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. Forma de entrega:

- 19.1.1. Cada Ordem de Compra do objeto do presente termo deverá ser entregue em remessa única, não sendo, portanto, aceitável o parcelamento de uma Ordem de Compra específica.

19.2. Prazo de entrega:

- 19.2.1. O prazo para entrega de cada Ordem de Compra será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data de encaminhamento da Ordem de Compra por e-mail.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

19.3. Local de entrega:

19.3.1. Almoxarifado desta Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina localizada na Avenida Portuária, S/N, Bairro D. Pedro II, CEP 83.221-570, Paranaguá – PR, esquina com a Av. Governador Manoel Ribas, S/N.

19.4. Procedimento de Entrega:

19.4.1. O almoxarifado da APPA receberá materiais apenas durante o horário de expediente, ou seja, das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h, mediante agendamento prévio de no mínimo 48h de antecedência.

19.4.2. Todo o procedimento de descarga dos materiais, incluindo a locação de máquinas e mão de obra necessárias para efetivar a entrega nas dependências do almoxarifado, é de responsabilidade da empresa fornecedora.

19.5. Condições de aceitação do objeto:

19.5.1. Todos os itens do objeto deverão ser entregues novos, sem qualquer avaria, devidamente embalado, identificado e com as especificações e quantidades explícitas na embalagem.

19.5.2. Recebimento provisório: no ato da entrega, por um responsável da Coordenadoria de Gestão de Materiais (CGMAT) ou pelo fiscal da ATA para efeito de posterior verificação de conformidade com:

- a) As especificações técnicas contidas neste termo;
- b) A proposta técnica-comercial previamente aprovada pela APPA, observando-se os quantitativos e valores; e com
- c) As demais condições do edital.

19.5.3. Recebimento definitivo: em até 30 (trinta) dias úteis contados a partir do recebimento provisório e após verificações supra.

19.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do ATA;

19.7. As remessas do lote poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as condições constantes neste Termo de Referência ou na Proposta Técnica-Comercial, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, às custas

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
Gerência de Engenharia Marítima

do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no regulamento do Edital.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Em caso de infrações, a CONTRATADA sujeita-se às sanções previstas na Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA.

21. MATRIZ DE RISCOS

21.1. Devido as peculiaridades do objeto, cujos riscos são irrelevantes ou inexistentes fica dispensada a matriz de risco, nos termos do art. 253, §1º do RILC da APPA.

Paranaguá, 26 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente
Lucas Gomes Gonçalves
Coordenador de Batimetria e Dragagem

Ciente e de acordo,

Assinado Eletronicamente
João Luiz Jardim Vila Verde
Gerente de Engenharia Marítima

COMUNICAÇÃO INTERNA 4494/2024.

Documento: **TERMODEREFERENCIACompra_de_baterias_balizamento.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **João Luiz Jardim Vila Verde (XXX.785.034-XX)** em 26/06/2024 15:02.

Assinatura Simples realizada por: **Lucas Gomes Goncalves (XXX.507.469-XX)** em 26/06/2024 10:12.

Inserido ao documento **865.985** por: **Lucas Gomes Goncalves** em: 26/06/2024 10:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
7cd607994deec79303f2603599a5a1bd.